



16293997

08001.004635/2017-34



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Assessoria Especial de Controle Interno

**Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê de Controle Interno Administrativo - 2021**

<b>Data:</b> 27/10/2021	<b>Hora de Início:</b> 15h05
<b>Local:</b> Plataforma Microsoft Teams	<b>Hora de Término:</b> 16h00

**UNIDADES PARTICIPANTES:**

**AECI; SE; SAA; CGGE; SENASP; SEGEN; SENAD; SEOPI; SENAON; SENAJUS; DEPEN; POLÍCIA FEDERAL; POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL; ARQUIVO NACIONAL; FUNAI e CADE.**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 15h05 horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se virtualmente os representantes da unidades acima relacionadas para discussão e apresentação dos seguintes assuntos: 1) resultado do monitoramento das recomendações da CGU por meio do Sistema e-Aud; 2) recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta; 3) Processo de Tomada de Contas Especial; 4) Processo de Contas do exercício de 2020 e 2021; 5) atualização do Rol de Responsáveis; 6) Índice de Governança e Gestão - iGG/TCU; 7) Programa de Integridade; 8) Resultado da avaliação e-Prevenção; e 9) Programa de Gestão de Riscos. O Sr. Cláudio Antônio de Almeida Py, chefe da AECI, procedeu à abertura da reunião, esclarecendo que a reunião seria gravada e disponibilizada a todos os participantes. Prosseguiu explicando que a finalidade do Comitê de Controle Interno Administrativo do MJSP é tratar especificamente do acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCU e pela CGU, bem como manter os gestores informados sobre assuntos da área de controle, integridade e riscos. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, conforme detalhada abaixo:

**1) Apresentação dos resultados do monitoramento das determinações e recomendações contidas no Sistema e-Aud/CGU** - O Sr. Cláudio Py informou que a AECI realiza o acompanhamento das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos de controle, bem como realiza tratativas junto à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Prosseguiu solicitando às unidades que mantenham atualizada a relação dos servidores indicados para terem acesso ao sistema e-Aud, principalmente daqueles cadastrados com o perfil supervisor, os quais têm permissão para encaminhar a manifestação à CGU. Informou que os servidores indicados devem realizar o cadastro prévio no referido sistema e solicitar a lotação na respectiva unidade. Em seguida, demonstrou aos gestores o passo a passo de como realizar o cadastro, conforme orientações contidas no Ofício-Circular nº 1/2020/AECI/MJ (10789361) – processo SEI nº 08001.000203/2020-50. Quanto às recomendações da CGU inseridas no sistema e-Aud, apresentou os resultados das ações das unidades, informando o quantitativo de recomendações em monitoramento de cada unidade, ressaltando aquelas que se encontram para providências do gestor. Recomendou aos gestores providências tempestivas naquelas que restam para o seu total atendimento. Em seguida, apresentou o panorama das recomendações da CGU aos órgãos deste Ministério, demonstrando a evolução no atendimento quando comparado com o trimestre anterior. Disse que, embora novas recomendações tenham sido registradas no sistema e-Aud, houve redução no total de recomendações em monitoramento, tendo em vista que 26 (vinte e seis) recomendações foram consideradas concluídas pela CGU. Por fim, informou que foram encaminhadas Notas Técnicas a todas as unidades do MJSP, contemplando os resultados de cada área.

**2) Recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta** - O Sr. Cláudio Py (AECL) apresentou o panorama de comunicações processuais emitidas pelo TCU às unidades deste Ministério, compreendendo o período de janeiro a setembro de 2021, que totalizaram 687 (seiscentos e oitenta e sete) comunicações, englobando diligências, oitivas, relatórios, determinações etc. Deste quantitativo, 230 (duzentas e trinta) comunicações foram emitidas pelo TCU no último trimestre. Em seguida, enfatizou aquelas que se encontram pendentes de resposta, que totalizam apenas 2 (duas) comunicações, mas estão dentro do prazo para resposta. Parabenizou as unidades pelo atendimento das determinações do TCU. Por fim, informou que foi encaminhado às Unidades a Nota Técnica contemplando os resultados de cada área.

**3) Processo de Tomada de Contas Especial** - O Sr. Cláudio Py (AECL) informou que foram atualizadas as informações sobre os processos de tomada de contas especial no sítio do MJSP. Prosseguiu informando que a AECL tem trabalhado junto às unidades visando melhor instrução processual desses processos. Disse que tem recebido muito demanda sobre o assunto devido às gestões passadas. Ressaltou que o TCU e a CGU estão atentos a essas questões. Prosseguiu informando que está atuando junto à CGU para que seja feita a análise preditiva dos processos de TCE que se encontram na fase de prestação de contas.

**4) Processo de contas do exercício de 2020 e 2021** - O Sr. Cláudio Py (AECL) informou que o processo de contas do exercício de 2019 foi julgado regular pelo Tribunal de Contas da União, sem qualquer ressalva. Disse que a AECL está trabalhando junto à CGGE para a elaboração do processo de contas de 2020, inclusive está em fase de discussão a forma a ser apresentado o Relatório de Gestão. Ressaltou a necessidade de atualização das informações no sítio do MJSP, sobretudo a parte que trata de contratos, pessoal, correição, riscos, dentre outras, bem como a importância de acompanhar as informações disponibilizadas. Esclareceu que as áreas têm que atualizar as informações durante o ano inteiro, algumas quase que diariamente. Com as novas regras, aumentou a necessidade de disponibilizar tais informações sempre atualizadas. Em seguida, mostrou o link (<https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>), para acessar as informações.

**5) Atualização do Rol de Responsáveis** - O Sr. Cláudio Py (AECL) apresentou o panorama da última atualização de cada unidade, referente à posição de setembro de 2021. Enfatizou a importância de sempre manter atualizadas as informações, tendo em vista a necessidade de colocá-las no processo de contas.

**6) Índice de Governança e Gestão - iGG/TCU** - O Sr. Cláudio Py (AECL) informou que o iGG é um trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União, que versa sobre o acompanhamento dos índices de governança e gestão de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal. O trabalho dá continuidade ao primeiro levantamento do perfil integrado de governança organizacional e gestão pública realizado em 2017 (IGG/2017). Disse que, por meio do Acórdão nº 2.164/2021, o TCU apresentou o resultado do IGG referente ao ciclo de 2021, cujos temas abordados foram: a) governança e gestão; b) governança e gestão organizacional; c) governança e gestão de pessoas; d) governança e gestão de Segurança e da Tecnologia da Informação; e) governança e gestão de contratações; e f) governança e gestão orçamentárias. Prosseguiu informando que o MJSP conquistou o primeiro lugar, dentre os Ministérios, no índice de governança e gestão dos órgãos da Administração Pública Federal, na temática “Governança e Gestão de Segurança e Tecnologia de Informação” e “Governança e Gestão Orçamentárias”, em segundo lugar referente ao tema “Governança e Gestão de Contratações”; e em terceiro lugar no tema “Governança e Gestão de Pessoas”. Já na avaliação geral, o MJSP ficou em décimo primeiro lugar. Por fim, parabenizou os gestores pelo ótimo resultado obtido no iGG.

**7) Programa de Integridade** - O Sr. Cláudio Py (AECL) informou que as medidas de tratamento dos riscos no Plano de Integridade devem ser atualizadas a cada semestre, devendo as unidades informar à AECL sobre as atualizações feitas. Em seguida, apresentou o panorama da situação das medidas de tratamento aos riscos de integridade de cada unidade, demonstrando as que já se encontram finalizadas e em andamento. Ressaltou a importância de acompanhar o andamento da implementação das medidas de tratamento. Em seguida, apresentou a campanha lançada pela CGU #INTEGRIDADESOMOSTODOSNÓS, na qual são abordados os seguintes temas: assédio moral e sexual; conflito de interesses; integridade no serviço público; proteção ao denunciante; responsabilização de agentes públicos e pessoas jurídicas; e valores. Prosseguiu informando que a AECL elaborou o Boletim Informativo com informações sobre o tema, visando à divulgação periódica das ações de integridade realizadas pelas unidades do MJSP, e de legislações afetas ao tema. Deixou para apresentar, ao final da reunião, o Boletim.

**8) Resultado da avaliação e-Prevenção:** O Sr. Cláudio Py apresentou o resultado da avaliação obtido no Sistema e-Prevenção do Tribunal de Contas da União, ferramenta disponibilizada para ajudar o gestor na implantação de práticas que aprimorem a integridade da organização. Informou que, no quesito governança e gestão, o MJSP encontra-se em um nível intermediário para avançado, conforme avaliação do TCU. Já no que tange ao nível de suscetibilidade à corrupção, o Ministério encontra-se na faixa amarela – nível médio de suscetibilidade. Em seguida, explanou sobre os cinco mecanismos avaliados, quais sejam: prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento.

**9) Programa de Gestão de Riscos** - O Sr. Cláudio Py apresentou o quadro com os processos de trabalho estratégicos, que as unidades deverão realizar os lançamentos no Sistema de Apoio à Gestão de Integridade e Riscos - AGIR, contendo o total de 69 (sessenta e nove) processos vinculados aos projetos estratégicos do MJSP, cujo gerenciamento de riscos é obrigatório. Deste total, 69 já foram aprovados pelas unidades de gestão de riscos e controles internos. Prosseguiu informando que 8 (oito) já se encontram aprovados pelo Comitê de Governança Estratégica (CGE), sendo 1 da Secretaria-Executiva, 1 da SENAJUS, 3 da SENAD, 2 do DEPEN e 1 do AN. Em seguida, discorreu sobre o quadro com os processos de cada unidade, ressaltando que haverá a necessidade de revisar alguns deles. Por fim, enfatizou a importância da produção do Plano de Implementação de Controles para os processos que são de gerenciamento de riscos obrigatórios, o qual deverá ser submetido à validação do CGE.

Encerrada a apresentação da pauta, o Sr. Cláudio Py apresentou o Boletim Informativo do Programa de Integridade, mostrando a parte "TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS", contendo todas as informações do processo de contas, inclusive o Rol de Responsáveis, processo de Tomada de Contas Especial, Licitações e Contratos etc. Em seguida, discorreu sobre os Valores do Serviço Público Federal, cujo trabalho foi feito pela Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Também apresentou os Valores do MJSP, ressaltando a importância de divulgá-los aos servidores. Prosseguiu discorrendo sobre a parte "Canal Único de Denúncia", que já recebeu mais de 2 milhões de manifestações desde a sua criação. Em seguida, a Sra. Deborah Botelho (CGGE) ressaltou a importância de atualizar e acompanhar as informações disponibilizadas no sítio do MJSP; que o TCU pode acessá-lo, a qualquer momento, para saber dos resultados de cada unidade, por isso é fundamental manter as informações atualizadas. Disse ainda que o Relatório de Gestão é o instrumento de gestão que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados.

Abertos os questionamentos, o Sr. Anderson Garcia (SENACON) solicitou esclarecimentos acerca da realização do cadastro no sistema e-Aud, demonstrando a forma como solicitou a sua lotação na respectiva unidade. Em resposta, o Sr. Cláudio Py disse que o cadastro foi realizado corretamente e que bastava aguardar a autorização de lotação pela AECI.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Karina de Ulhoa Soares, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente, no respectivo processo SEI, por todos os presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 08/11/2021, às 14:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA DE ULHOA SOARES, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 08/11/2021, às 14:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 09/11/2021, às 11:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Luisa Hedler, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 09/11/2021, às 16:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES DE AZEVEDO GONÇALVES, Chefe de Gabinete da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 11/11/2021, às 09:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LICIO JOAQUIM DA SILVA REGO, Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos**, em 11/11/2021, às 10:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MAURO ANDRÉ KAISER CABRAL, Chefe de Gabinete da Secretaria de Operações Integradas**, em 11/11/2021, às 10:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16293997** e o código CRC **3D3A2B92**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a->



[sistemas/protocolo](#) e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

---

Referência: Processo nº 08001.004635/2017-34

SEI nº 16293997